

Homossexualidade e território rural: entre descobertas e conflitos de um jovem

Homosexuality and rural territory: among young's discoveries and conflicts

Magno Nunes Farias¹
Jaime Daniel Leite Junior²
Wender Faleiro³

126

Resumo - A sociedade é marcada por relações heteronormativas e essas questões se colocam na ruralidade a partir de suas configurações socioterritoriais, culturais e política, trazendo desafios específicos para a vivência de pessoas com sexualidades dissidentes nesse espaço. Assim, o objetivo desse artigo é compreender as relações dos marcadores sociais da diferença que perpassam principalmente o *território e a sexualidade*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utiliza entrevista semiestruturada e busca compreender as narrativas de Daniel (nome fictício), um jovem negro, homossexual, de 23 anos e que viveu no território rural, constituindo ali um espaço de vínculo material, afetivo e subjetivo. O heterossexismo, a heterossexualidade compulsória, a heteronormatividade, a ausência representatividade e a inexistência de espaços para discussão sobre as diferenças sexuais, levaram esse jovem a se retirar do seu território de origem, causando a desterritorialização. Pode-se perceber que a trajetória de Daniel como gay no e do território rural é constituída pelo *não lugar*, ao mesmo tempo em que não foi possível constituir-se enquanto jovem gay no rural, também não foi possível vivenciar plenamente sua sexualidade na cidade, dado o urbanocentrismo que marca a sociedade contemporânea.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professor Adjunto da Universidade de Brasília/Faculdade de Ceilândia. Líder do Grupo de Pesquisa Terapia Ocupacional Social e Juventudes da Universidade de Brasília. E-mail: magno.farias@unb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9595-0786>

² Terapeuta Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutorando em Terapia Ocupacional pela UFSCar. Integrante do Grupo de Pesquisa “Cidadania, Ação Social, Educação e Terapia Ocupacional” da UFSCar. Email: leitejrjd@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9595-0786>

³ Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas, Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestre em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais e Doutor em Educação pela UFU. Pós Doutor em Educação pela PUC-GO. Atualmente é Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Catalão. Líder - Fundador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Ensino de Ciências e Formação de Professores – GEPEEC – UFCAT/CNPq. E-mail: wender.faleiro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6419-296X>

Recebido em 01/11/2022

Aprovado em 08/02 /2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Palavras-chave: homossexualidade; homofobia; população rural; migração rural-urbano.

Abstract – The heteronormative relations are placed in rurality in specific ways, bringing challenges to the experience of dissident sexualities. This article aimed to comprehend the relations of social markers of difference that permeate the *territory* and *sexuality*. This is a qualitative research, which uses semi-structured interviews and seeks to comprehend the narratives of a young, homosexual and black man who lived in rural territory, constituting there material, affective and subjective bonds. The heterosexism, compulsory heterosexuality and heteronormativity led the young man to leave their home territory, causing deterritorialization. It was concluded that the trajectory of this young man is marked by the *no place*, where it was not possible to be constituted as gay in the rural nor fully experience their sexuality in the city, given the urbanocentrism that marks contemporary society.

Keywords: homosexuality; homophobia; rural population; migration; social markers of difference.

INTRODUÇÃO

A vivência de *sexualidades dissidentes* é um processo atravessado por várias marcas, visto que estamos inseridos em uma organização social calcada no *heterossexismo*, na *heterossexualidade compulsória* e na *heteronormatividade* (Miskolci, 2017). Apesar dessas marcas perpassarem toda prática social, as vicissitudes dessa trama se modificam de acordo com as construções históricas, políticas e culturais socioterritoriais. Assim, viver *sexualidade dissidentes* em diferentes territórios, traz consigo as distintas questões que marcam esses espaços de forma material e simbólica, que configuram modos de viver distintos, regulam a maneira de ser e os cotidianos dos sujeitos.

Então, ser homossexual no território urbano ou rural traz vivências diferentes das possibilidades dessa sexualidade, tendo em vista que a homossexualidade sempre esteve relacionada às cidades. Existe “uma relação historicamente constituída, ainda pertinente na maioria dos contextos sociogeográficos, e que sintetiza uma gama de questões muito ampla na ideia de que a cidade foi e é *um lugar de fuga* para os gays” (Coletto, 2012, grifos do autor). Eribon (2008, p. 31) afirma que “a cidade sempre foi o refúgio dos homossexuais”. Desse modo, há uma trama com dois polos, *homossexualidade* e *cidade*, onde o segundo é historicamente compreendido como espaço do moderno e do progresso. Dentro dos limites da violência física e simbólica que envolvem as dissidências e devido as especificidades que perpassam os

territórios rurais, o espaço urbano tem se construído como lugar com mais possibilidades de vivenciar as diferenças, promovendo a consolidação de guetos/tribos/subculturas gays.

Entende-se então que um sujeito homossexual que vive no território rural traz consigo ao menos dois *marcadores sociais da diferença*, que serão analisados de maneira mais intensa nesse trabalho, a homossexualidade e o território. Os *marcadores sociais da diferença* “são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais” (Zamboni, 2014, p. 13), essas classificações produzidas histórica e socialmente atribuem posições sociais dos indivíduos e coletivos ligadas as relações de poder. Assim, os *marcadores* definem a experiência dos indivíduos, produzindo desigualdade e processos de subalternização para alguns. Por isso, a experiência de um indivíduo sexualmente dissidente em uma sociedade que hierarquiza os comportamentos sexuais (tendo a heterossexualidade como norma), vive processos de subalternização. Bem como um indivíduo que vive no território rural, em uma sociedade historicamente que tem o urbano como referência do moderno e racional, tem sua vivência com marcas da inferiorização.

Essa pesquisa teve como objetivo, a partir das narrativas do sujeito pesquisado, compreender suas vivências levando em consideração a homossexualidade e ruralidade. Esses marcadores são percebidos de maneira associada, pois na nossa análise as vivências que ocorreram dada a homossexualidade estiveram relacionadas ao lugar que o jovem será colocado por ter vindo do campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Homossexualidade em discussão

A sexualidade é um tema profundamente discutido, e em diferentes perspectivas, na humanidade pelo fato de se caracterizar como um assunto que possui dimensões complexas para a vida dos sujeitos, pois perpassa fatores que envolvem moralidade, religião, desejo, subjetividade, política, ideologia e cultura. Especificamente a homossexualidade envolve fortemente esse debate, veiculando diversos sentidos e significados de acordo com sua construção sociohistórica, influenciando aspectos sobre normalidade/anormalidade, proibido/permitido, saudável/patológico, sendo uma construção de identificação sexual que carrega diversos estigmas (Ceccarelli & Franco, 2010) e compõe uma infinidade de temáticas e problematizações sobre as *relações de ordem sexuais e afetivas entre sujeitos com o mesmo gênero* (Fry & Macrae, 1985).

Sua vivência na sociedade é marcada por uma história perversa. Os estigmas históricos associados à homossexualidade perpassam o *pecado*, *crime*, *doença* e *sem-vergonhice*. Pode-se verificar essa questão no Brasil desde o período colonial. Nas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, em 1707, ser homossexual foi considerado um pecado hediondo, *abominável até mesmo pelo o diabo*, e que provocaria a ira divina, tendo como uma das punições a morte na fogueira. Pela tradição judaica cristã estes sujeitos eram os sodomitas – termo usado pela igreja para descrever comportamento *contra a natureza*, que não estivesse associado a reprodução (Ceccarelli & Franco, 2010; Pretes & Vianna, 2008).

Já por volta do século XIX, ocorre a expansão do olhar biomédico para estas práticas, e com isso, são “os médicos que vão reivindicar a sua autoridade de falar a verdade sobre a sexualidade e são eles os agentes da gradual transformação da homossexualidade de ‘crime’, ‘sem-vergonhice’ e ‘pecado’ para ‘doença’” (Fry & Macrae, 1985, p. 61). Neste momento ela passa a ser considerada uma doença psíquica, tornando-se alvo de pesquisas e intervenções como abstinência, hipnose e até mesmo cirurgias com a finalidade de cura (Pretes & Vianna, 2008).

A partir de 1970 nota-se a força dos movimentos sociais que reivindicavam a despatologização da homossexualidade, defendendo-a como uma forma de expressão do ser humano (Baére, Zanello & Romero, 2015). Desta forma, em 1993 ela deixa de ser considerada *doença*, *desvio e transtorno sexual*, e então, é retirada do Catálogo Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde. Também, ela deixa de ser descrita como homossexualismo (tendo em vista que o sufixo *ismo* dentro das nomenclaturas biomédicas carrega o sentido de doença) (Pretes & Vianna, 2008).

Ao longo dessa história percebe-se que há uma regulação dos modos de vida que estão pautados no *heterossexismo*, *heterossexualidade compulsória* e *heteronormatividade*, em que o primeiro parte do pressuposto que todas as pessoas são – ou deveriam ser – heterossexuais, o segundo refere-se à determinação do modelo de relações entre pessoas de gêneros opostos como regra e o terceiro conceito vai pensar a regulação da vida das pessoas, inclusive homossexuais, a partir do modelo heterossexual burguês (Miskolci, 2017). Isto contribuiu para que as sexualidades dissidentes fossem historicamente subalternizadas, consideradas patológicas e criminalizadas. Construiu-se então, desde o colonialismo, padrões de hierarquia sexual em que as instituições criam diversas estratégias para subalternizar sexualidades que desviem da norma dominante, conforme colocamos anteriormente. Há a conservação do status quo em que o poder se centra na figura do homem

heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu. Para Grosfoguel (2008, p. 122) desde o colonialismo cria-se

[...] uma hierarquia sexual que privilegia os heterossexuais relativamente aos homossexuais e lésbicas (e é importante recordar que a maioria dos povos indígenas das américas não via a sexualidade entre homens como um comportamento patológico nem tinha qualquer ideologia homofóbica).

130

Portanto, a ideia de hetero e homossexualidade vai sendo construída a partir de um referencial europeu, colonizado, e a organização social *heterossexista* e *heteronormativa* construiu as relações de poder que têm sua legitimidade dentro da história da construção do Estado-nação brasileiro, e vai perpetuando a homofobia desde então, tendo em vista que,

[...] a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e "natural" da heterossexualidade (Miskolci, 2009, p.156-157).

Esta lógica faz a manutenção da própria hierarquia sexual na sociedade, em que o homem heterossexual terá os privilégios e será a referência em sexualidade, sendo priorizado e pensado, quando diz respeito a políticas públicas em todos os níveis, além de ter sua identificação sexual vivenciada de maneira livre dentro do contexto social.

Na busca de romper com esta realidade, diversos movimentos sociais e grupos acadêmicos em prol da população dissidente de gêneros e sexualidades têm avançando na proposição da superação da estrutura de subordinação, porém, hegemonicamente a *heterossexualidade compulsória*, o *heterossexismo* e a *heteronormatividade* ainda se mantêm como ordem regulatória da vida das pessoas, portanto, os sujeitos dissidentes são alvo de uma estrutura material e imaterial de violências, dentre elas a homofobia, entendida como um “conjunto de práticas, crenças, dogmas, ideologias e discursos que visam afastar/excluir/discriminar toda e qualquer manifestação dissidente das normas heterossexuais aplicadas seja às práticas sexuais, seja ao gênero” (Rondini, Teixeira Filho & Toledo, 2017, p. 59). Isto se manifesta de maneira latente, por meio de violências físicas, subjetivas, psicológicas, simbólicas e econômicas, ou seja, a homofobia transcende a violência psicológica e física na medida em que diz respeito a um mecanismo de exclusão social, relacionado a um sistema de crença *estrutural*, que diz respeito a marginalização nas políticas públicas e acesso a lugares de poder. É uma tentativa de legitimar, sancionar e impor a norma heterossexual de

poder e referência, e além disso, busca legitimar a dominação masculina heterossexual na estrutura social (Junqueira, 2007).

Território rural e as dissidências de sexualidades

O território rural é marcado por relações heteronormativas, constituído dentro de um padrão de família cristã conservadora, com relações de base patriarcal (Tardin, 2012; Dahl, Scott & Peace, 2015; Paiva, 2015). De acordo com Tardin (2012, p. 184), um “traço geral das culturas camponesas advém do patriarcalismo constitutivo do paradigma historicamente hegemônico nas diferentes sociedades. É notória a supremacia do homem [...]”. Logo, compreende-se que o rural enquanto território com suas particularidades também se encontra sob a égide da dominação masculina heterossexual, pautada na hierarquia sexual com base na heteronormatividade, o que hegemonicamente é imposta na sociedade, mas que pode ser mais intenso nesse território (Paiva, 2015).

Na lógica que a heterossexualidade é normatizada em todos os ambientes, uma comunidade campal tem enraizadas questões como o machismo e a heteronormatividade de forma mais intensa que o ambiente urbano, por conta de questões geográficas e de valores socioculturais (Paiva, 2015, p. 75).

Desta maneira, uma possível razão para o intenso estigma em relação a homossexualidade e a forte reprodução do heterossexismo, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade em territórios rurais é o fato de que os valores religiosos conservadores, que historicamente condena a sexualidade não-heterossexual, são frequentemente adotados nestes espaços (Dahl, Scott & Peace, 2015). Junto a isso, é alimentado um estereótipo de *como deve ser um homem rural*, associado a uma ideia de masculinidade patriarcal, brutalidade, força e ausência de sensibilidade. Há a ideia de um *ser macho* como sinônimo de força, normalidade, honra e coragem. Logo, a partir desta leitura com relação ao homem camponês, esse território também se coloca com um lugar de (re) produção da homofobia (Rondini, Teixeira Filho & Toledo, 2017; Paiva, 2015).

Ainda dialogando com Paiva (2015), o autor discorre sobre sua pesquisa em uma comunidade rural com a finalidade de investigar a opressão da homossexualidade nesse território. Ele observou que a heteronormatividade e a homofobia perpassa o cotidiano dos sujeitos do campo desde a infância, em que as expressões pejorativas como *viado*, *baitola* e

bicha são utilizadas enquanto sinônimo de inferioridade, e desde muito novos, a homossexualidade é incorporada enquanto norma para as crianças.

Essa questão perpassa também o comportamento da juventude, que utilizam termos para menosprezar qualquer orientação sexual não-heterossexual. Paiva (2015) observou a rejeição da comunidade a sujeitos homossexuais assumidos, apesar destes serem pouco frequentes, tendo em vista que muitos passam a negar sua homossexualidade como estratégia para uma convivência mais tranquila. Isto mostra que vivenciar a homossexualidade em uma comunidade rural, assim como no contexto urbano, pode causar diversos sofrimentos nos sujeitos, que vão desde práticas homofóbicas que se iniciam na infância, até mesmo a pressão que leva a negação de sua identificação sexual. Contudo, existem fatores específicos deste contexto geográfico que estabelecem formas particulares de experienciar as sexualidades.

O maior desafio da vida rural para pessoas dissidentes de gêneros e sexualidades é o sentimento de isolamento e invisibilidade social e geográfica, não tendo possibilidade de vivenciar sua sexualidade e muito menos encontrar outros sujeitos que compartilham da mesma orientação para trocas de experiências ou construir espaços coletivos. Isto é mais uma das consequências da homofobia e da histórica ausência de recursos que atinge o campo (Summers & Gianoulis, 2015).

Historicamente quando se pensa questões relacionadas as juventudes rurais, percebe-se que nesse território, de modo geral, há carências enormes em relação a questões de acesso à terra, políticas públicas, possibilidade de produção material e imaterial (Molina, 2015). Há muitos anos as populações rurais sofrem a marginalização em detrimento ao urbanocentrismo, e isto reflete nas políticas relacionadas a sexualidade e de gênero, que alargariam o acesso a informação e cuidado para esses sujeitos, contudo, além de escassas, estas não consideram as especificidades deste território. A ausência de acesso a determinadas fontes de informações também dificultam as vidas desse espaço e segundo Dahl, Scott e Peace (2015), muitos jovens rurais em processo de identificação homossexual têm pouco acesso a informações positivas sobre gêneros e sexualidades dissidentes, o que está relacionado à ausência de políticas públicas e serviços de educação, saúde, assistência social, entre outros dispositivos importantes para fomentar informações.

Percebe-se que a ausência de estudos e políticas voltadas para as dissidências sexuais no contexto rural também se dão pelo fato dos discursos e pesquisas predominantemente buscarem compreender esse fenômeno focalizando nas comunidades urbanas, construindo narrativas pensadas dentro desse território. A população homossexual que vive no campo são

invisibilizadas nesse movimento, suas vivências e especificidades territoriais são raramente discutidas (Dahl, Scott & Peace, 2015). Essa questão se apoia nas dicotomias entre campo/cidade, que perpassam a construção do Brasil, onde, com base em Parker (1999), Teixeira (2015, p.31) coloca que,

[...] a cidade é construída no imaginário gay brasileiro como lócus de modernidade, movimento, liberdade sexual, aceitação, oferta de corpos e de produtos da moda. Isto em contraposição com o rural: considerado parado, atrasado, opressivo, tedioso.

Desta maneira, o imaginário social associa as vivências homossexuais com o *lócus* urbano, colocando o campo como espaço *parado/tedioso*, sem espaço para a produção de diferenças e vivências sexuais múltiplas. Assim, o processo midiático nacional coloca o urbanocentrismo associado com a homossexualidade, onde as grandes metrópoles são referências de sociabilidade e vivência (Teixeira, 2015). Esta realidade reitera um discurso que para ser um homossexual moderno/aceito é necessário assimilar modos da cultura homossexual urbana, tendo assim que abandonar seus modos de vida no campo. Esse processo relaciona-se diretamente com a migração dos sujeitos dissidentes sexuais do campo para a cidade, os quais buscam fugir do isolamento e da homofobia e acreditando que irão viver sua sexualidade de forma plena em território urbano (Boso, 2013). Isso fica evidente na fala de Hércules Santos, jovem homossexual que integra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ao descrever a sua vivência

No início, foi bastante difícil porque a sociedade, em si, acha que só existem sujeitos LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) na cidade. Mas no mato, no campo e na roça também existem bichas, homens e mulheres trans que lutam por direitos (MST, 2018, s/p)⁴.

Desta forma, ser homossexual, ir na contramão do *heterossexismo*, da *heteronormatividade* e da *heterossexualidade compulsória* dentro do contexto rural, pode ser um grande desafio para os sujeitos dissidentes sexuais que constituem esse território e se produzem materialmente e imaterialmente a partir dele. Ademais, há tensões que envolvem a ausência de políticas públicas, representatividade e informações para auxiliar nesses processos de descobertas, sendo muitas vezes capitaneados por ideólogos que dialogam e ditam a vivência da homossexualidade apenas em espaços urbanos.

⁴ Entrevista do jovem *Hércules Santos* para o site do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST, 2018).

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou entrevista semi-estruturada (Denzin & Lincoln, 2006). “A palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente [...] em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência” (Denzin & Lincoln, 2006, p. 23). Esse método de pesquisa surgiu a partir do objetivo em entender outros sujeitos e grupos em suas relações e dentro de seus contextos, refletindo sobre suas dimensões, partindo de conceitos pré-concebido ou não.

A entrevista procurou apreender sobre a trajetória de um jovem homossexual dentro do território rural de vínculo, a partir de suas narrativas sobre esse processo. O sujeito pesquisado é Daniel (nome fictício), 23 anos, negro, homossexual, que nasceu e tem vínculos estabelecidos com o território rural. Daniel viveu e vive no sudeste do estado de Goiás – Brasil, e hoje é estudante universitário da *Licenciatura em Educação do Campo* de uma Universidade Federal. Assim, esse modo de pesquisa permitiu aprofundar nas narrativas de Daniel, a fim de compreender e explorar de melhor maneira o fenômeno da homossexualidade em território rural.

A pesquisa foi acordada com o informante e realizada na universidade que o mesmo estuda. Foram respeitados todos preceitos éticos de pesquisa, sendo apresentado e assinado um Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento.

SER HOMOSSEXUAL NO/DO TERRITÓRIO RURAL: DESCOBERTAS E CONFLITOS

O modo de vida heterossexual é imposto como única referência e possibilidade de vivência da sexualidade. Assim, inicialmente Daniel discorre sobre seu processo de identificação com sua sexualidade, narrando esse movimento dentro de sua experiência.

“A gente já sofre racismo por ser negro, se você é gay é mais um preconceito que você sofre, e ainda você é do campo. [...] eu me reprimi muito, foi muito conflituoso, eu vim a ter depressão nessa fase da adolescência” (Entrevista Daniel).

Ele aponta os conflitos que viveu ao se perceber como um sujeito gay e isto levou a um sofrimento psíquico intenso por consequência de todas as contradições sociais que estigmatizam a homossexualidade, assim, a repressão externa leva a uma repressão interna de

sua própria sexualidade. Em um estudo realizado por Dahl, Scott e Peace (2015) com jovens rurais sexualmente dissidentes, verificou-se que a homofobia é internalizada de tal forma nesses sujeitos que vários deles compartilharam *auto-aversão*, medo e vergonha sobre o sentido emergente de si mesmo. Desta forma, esse processo de identificação com a homossexualidade pode ser complicado à medida que tentam desenvolver um sentido positivo de si mesmo em um ambiente em grande parte heteronormativo. Em consequência do ambiente religioso e heteronormativo que caracteriza a sociedade, inclusive o território camponês, se alastra ideologias e estigmas que associam a homossexualidade ao negativo. Os discursos veiculados ao longo de suas comunidades rurais, em suas escolas e casas, apontam para homossexualidade enquanto *anormal, pecado, não aceito*, causando conflitos que interferem na construção e identificação sexual individual e coletiva, gerando o isolamento desses sujeitos dentro das comunidades, e até mesmo transtornos psicológicos, como a depressão.

É interessante compreender como Daniel descreve uma associação tripla de *marcadores sociais da diferença* que produzem opressão, *ser negro*, dentro de uma sociedade estruturada no racismo, *ser do território rural*, um lugar historicamente marginalizado pelas perspectivas urbanocentrada/capitalistas, e *ser gay*, inferiorizado pela cultura heteronormativa/homofóbica. Zamboni (2014), aponta que há uma complexidade nos processos de subalternização, que se estruturam em uma articulação perversa, estruturando discriminações distintas, que podemos verificar aqui entre *território, sexualidade e raça*. Especificamente sobre território e sexualidade, Boso (2013) vem afirmando que há associação de opressão entre ser do campo e vivenciar essa homossexualidade, em consequência do *urbanocentrismo* (que coloca o território rural com secundário, inferior) e da *homofobia* (que coloca a homossexualidade enquanto orientação inferior, tendo em vista a heteronormatividade). O autor vem afirmando que vivenciar a homossexualidade no campo é um processo mais complexo, por esse ser um espaço historicamente marginalizado pelas políticas públicas, representatividade, debates e informações, pois o viés urbano foi mais priorizado na sociedade, inclusive pela discussão sobre diferenças, levando assim os sujeitos do campo a terem menos oportunidades de vivenciarem-na com segurança e respaldo.

Nota-se que socialmente a hegemonia das narrativas homossexuais urbano prevalecem, e afirmam a ideia que o rural e a homossexualidade são incompatíveis (Teixeira, 2015). Isso faz com as áreas rurais sejam espaços mais ameaçados pela a homofobia, tendo em vista que se reforça a ideia da inexistência desses sujeitos nesse local. Nesse sentido outra fala de Daniel chama atenção:

“Gay eu nunca vi no campo, a questão que sempre foi falada onde eu morei era ‘mas gay não pode ter filho e como mora na roça?’” (Entrevista Daniel).

Afirma-se que no campo há uma dificuldade de se consolidar grupos e coletivos homossexuais, respaldada pela ideia de que a homossexualidade está associada somente a cidade (Dahl, Scott & Peace, 2015; Paiva, 2015; Teixeira, 2015), levando o sujeito a ter maior dificuldade no processo de identificação. Esse fenômeno é denominado “*metronormatividade*”: o urbano como referência absoluta para uma suposta vida de liberdade e satisfação sexual” (Teixeira, 2015, p. 23), consequência do urbanocentrismo. Pode-se perceber esse aspecto na fala Daniel, quando diz não ver sujeitos gays no campo, consequência da metronormatividade e da homofobia que muitas vezes fazem esses sujeitos negarem suas identidades sexuais no campo, não assumindo essa identidade ou até mesmo sendo isolado do convívio comunitário.

A ideia difundida foi que *gay não pode ter filho e não é possível viver no campo*, essa fala também é consequência das imposições heteronormativas, na medida em que se veicula que homossexuais não podem ter filhos no padrão de reprodução dito como normal e religiosamente legítimo. Isso aparece até como um problema anterior ao fato da homossexualidade, e desdobra como fator impeditivo para viver no campo, já que a cultura camponesa é historicamente marcada pelas relações familiares, nos modos de produção, de agricultura familiar, nas relações comunitários, na ajuda aos pais, da continuidade no cuidado a terra, da ancestralidade, perpetuar tradições e heranças (Tardin, 2012; Barduni Filho et al., 2010). Este reflexo da heteronormatividade na compreensão das organizações familiares alimentam ideias conservadoras influenciadas pelo cristianismo, deslegitimando as multiplicidades de se construir uma família, que vão desde a possibilidade de homossexuais terem filhos, até de pessoas heterossexuais também escolherem não os ter.

Sobre esse processo de migração quase que compulsória, Daniel relata que:

“Quando eu estava entrando em contato com minha sexualidade foi o que me veio tirar do campo. Por esse conflito, porque senão eu tinha ficado. [...] por conflitos assim eu pensei ‘nossa, então eu vou ter que ir embora do campo, eu não vou casar aqui’. Eu senti isso” (Entrevista Daniel).

Fica explícito aqui que o contato com sua sexualidade e todos os conflitos gerados pelo fato dele não se imaginar constituindo alguns aspectos da vida (casar, ter filhos) enquanto gay naquele território, fez com que ele migrasse para o espaço urbano. Assim, a norma estabelecida de que era impossível sujeitos como ele viver no espaço rural, a ausência de outros homossexuais (representatividades) e a inexistência de espaços institucionais e extra institucionais que pudessem se colocar como uma rede de suporte para este jovem, fizeram com que ele se retirasse do seu território material, afetivo e subjetivo de origem, causando a desterritorialização.

A fala de Daniel vai ao encontro dos apontamentos de Summers e Gianoulis (2015) e Boso (2013) ao discutirem a migração *gay* do campo para a cidade, dado o isolamento social destes sujeitos no meio rural. Assim, esse sujeito passa a buscar nos meios urbanos grupos que possuem vivências relacionadas à sexualidade em comum, acreditando que nas cidades estará mais protegido de práticas homofóbicas, já que, devido à *metronormatividade*, elas são historicamente destaques de narrativas homossexuais. Percebe-se aqui a sexualidade como determinante no processo de migração, esse determinante nos estudos sobre o tema muitas vezes é invisibilizado.

Tradicionalmente, os estudos migratórios partem de pressupostos heterossexistas e genéricos: os migrantes são tratados como uma massa universal de sujeitos heterossexualizados e sem distinções de gênero, que migram apenas por questões econômicas. Por esta perspectiva, a sexualidade não só não motiva a migração como não seria afetada por esta (Teixeira, 2015, p. 25).

Sendo assim, pode-se notar que a sexualidade, quando diz respeito a constituição da homossexualidade, pode ser um determinante central no processo de migração de jovens para a cidade. Dentro dessa perspectiva da sexualidade, ficar ou sair do território rural não se constrói apenas pelo desejo, vontade e interesse em não estar naquele espaço, “mas uma decisão permeada por condicionantes estruturas sobre as quais os jovens individualmente não conseguem incidir no sentido de supera-las” (Molina, 2015, p.15), como as possibilidades efetivas para vivenciar sua orientação sexual. Daniel aponta que

“[...] antigamente quando eu era mais novo, 17 anos, eu tinha o sonho de morar em cidade grande, e hoje eu não tenho mais, depois que eu conheci. Eu achei horrível, as pessoas não se cumprimentam” (Entrevista Daniel).

“A experiência de visitar uma cidade grande e ter odiado. [...] Eles inferiorizam por que você é do campo, acham que você é atrasado” (Entrevista Daniel).

Daniel a partir dessas falas demonstra que o lugar que escolheu ir para vivenciar sua sexualidade não foi o que esperava, se sentido deslocado nesse território. Afirma ter achado horrível vivenciar a cidade, colocando que há um processo de inferiorização da cultura do campo, enquanto sinônimo de atraso e que também a forma de socialização das pessoas – não se cumprimentarem, não terem laços mais estreitos – foi um fator desfavorável na experiência dele. Estudos afirmam que essa *migração gay* desenvolve efeitos negativos, na medida em que os gays urbanos não compartilham das mesmas raízes socioterritoriais e culturais, fazendo com que esse sujeito migrante possa ser vítima de preconceitos da sua cultura rural (Boso, 2013; Dahl, Scott & Peace, 2015). Além disso, existem os impactos negativos em sua subjetividade e afetividade, já que esse sujeito abandonou seus modos de vida e familiares na expectativa de se encaixar em uma cultura gay urbana que acabou não o acolhendo. Observa-se então que há a construção social das narrativas homossexuais metronormativas é incentiva o homossexual do campo a

[...] para deixar a vida no meio rural numa ingênua crença de que o urbano estaria mais apto a recebê-lo, aqui chamo a atenção para uma dupla estigmatização que este homem enfrentaria no meio urbano, ou seja, levando o peso de sua origem, que no imaginário urbano muitas das vezes ainda o associa a figura do *Jeca Tatú*, e se sua sexualidade se aflorar, este corre o risco de uma dupla estigmatização, acarretando também em bullying, e homofobia, não só por homens heterossexuais, como mulheres heterossexuais e por homossexuais urbanos (Barduni Filho et al., 2010, p. 17).

Assim, lida-se com o fato da cultura urbana marginalizar a cultura rural, e com a frustração em estar em uma cidade, onde pensou ser mais protegida da heteronormatividade e homofobia, e perceber que as coisas não são desse jeito, visto que a cultura, tanto da cidade ou do campo, ainda é impregnada por práticas de homofobia e preconceito, já que a heterossexualidade enquanto norma e o machismo são questões que perpassam todos os ambientes, ainda que com particularidades. Os *marcadores sociais da diferença* que perpassa a experiência de Daniel, demarcaram as vivências negativas em ambos territórios e de maneira diferentes, mas que afirmaram processos de subalternização em sua trajetória, fazendo-o se sentir um sujeito sem lugar, cindido entre seus desejos e seu lugar cultural e afetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto apresentamos como a vivência da homossexualidade em território rural tem fatores específicos que se dão pelos modos de vida camponês e a forma que o

urbanocentrismo subalterniza estas pessoas. Nos voltarmos para a história de Daniel e percebemos a construção de uma vida marcada pelo *não lugar* e pela migração quase obrigatória. A partir desses *marcadores sociais*, compreende-se que ao mesmo tempo em que não foi possível constituir-se enquanto sujeito no contexto rural, sendo vítima da heteronormatividade, também não foi possível vivenciar plenamente na cidade, não se identificando e sendo inferiorizado em uma cultura urbanocêntrica. Estes processos se intensificam dada a ausência de políticas públicas que se voltem para os povos do campo, e ausência de proposições de estratégias para o fortalecimento de redes e diminuição da desterritorialização.

Daniel nos mostra que ao contrário do que coloca parte da literatura, a cidade não é necessariamente um espaço mais possível de viver, principalmente se você vier do campo. O que mudam são as especificidades que levarão à exclusão, mas que ela está presente em ambos os espaços. Assim, consideramos que é importante pensar, pesquisar e discutir sobre sexualidade no campo de maneira ampla, mas que também esteja presente os debates sobre dissidências, para que esse sujeitos possam se reconhecerem na possibilidade de vivencia-las de forma plena neste espaço, sem precisar se submeterem a forçados processos migratórios para cidades, o que pode gerar maiores vulnerabilidades, sejam elas socioeconômicas, relacionais, afetivas, de saúde, entre outras.

REFERÊNCIAS

- BAÉRE, Felipe; ZANELLO, Valeska; ROMERO, Ana Carolina. 2015. Xingamentos entre homossexuais: transgressão da heteronormatividade ou replicação dos valores de gênero? **Revista bioética**. Vol. 23, nº 3, p. 623-33.
- BARDUNI FILHO, Jairo, et al. 2010. A transformação das relações afetivas no meio rural: breves anotações das relações oficiosas, e oficiais na perspectiva de gênero. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural; 2010; Porto de Galinhas, Brasil. **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, p. 01-20.
- BOSO, Luke. 2013. Urban bias, rural sexual minorities, and courts' role in addressing discrimination. **UCLA Law Review**. Vol.60, nº 3, p. 562-637.
- CECCARELLI, Paulo Roberto; FRANCO, Samuel. 2010. Homossexualidade: verdades e mitos. **Revista Bagoas**, nº 5, p.119-129.
- COLETTO, H. L. (11.03.2015). Cidades Gays ou a Homossexualidade Urbana [on line]. New Order. Available at: <https://medium.com/neworder/cidades-gays-ou-a-homossexualidade-urbana-f867c09fbd25> [[Accessed on 02.10.19]].

- DAHL, Angie, SCOTT, Rachel; PEACE, Zachalee. 2015. Trials and Triumph: Lesbian and Gay Young Adults Raised in a Rural Context. **Social Sciences**. Vol. 4, nº1, p.925–939.
- DENZIN, Norma; LINCOLN, Yvonna. 2006. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin N, Lincoln Y. (ed.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Artmed, 2006, p. 15-41.
- ERIBON, Didier. 2008. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud. 450 p.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. 1985. **O que é homossexualidade**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 125 p.
- GROSGOUEL, Ramón. 2008. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. nº 80, p.115-147.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. 2007. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas**. Vol.1, nº1, p.145-166.
- MISKOLCI, Richard. 2009. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, nº 21, p. 150-182.
- MISKOLCI, Richard. 2017. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 84 p.
- MOLINA, Mônica. 2015. Prefácio. In: LEÃO, G & ANTUNES-ROCHA MI (ed.). **Juventudes do Campo**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.13-16.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (09.08.2018). Hércules Santos: negro, gay e do candomblé na luta pela diversidade. Available at: <https://mst.org.br/2018/08/09/hercules-santos-negro-gay-e-do-candomble-na-luta-pela-diversidade/> [[Accessed on 02.10.19]].
- PAIVA, Pedro Henrique Azevedo da Silva. 2015. Arco-íris no campo: etnografia da “homossexualidade” masculina no ambiente rural. **Revista cadernos de gênero e diversidade**. Vol.1, nº1, p.75-95.
- PARKER, Richard. 1999. **Beneath the Equator: Cultures of desire, male homosexuality and emerging gay communities in Brazil**. Nova York: Routledge. 305 p.
- PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. 2011. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**. Vol.10, nº 1, p.193 – 198.
- PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. 2008. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, W.; SABINO, C. & ABREU, J.F. (ed.). *Iniciação Científica: destaques 2007*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas. p. 313-392.
- RONDINI, Carina Alexandra; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; TOLEDO, Livia Gonsalves. 2017. Concepções homofóbicas de estudantes do Ensino Médio. **Psicologia USP**. Vol.28, nº1, p. 57-71.
- SUMMERS, Claude; GIANOULIS, Tina. 2015. Rural Life. Encyclopedia Copyright GLBTQ. Available at http://www.glbtqarchive.com/ssh/rural_life_S.pdf [[Accessed on 02.10.19]].

TARDIN, José Maria. 2012. Cultura Camponesa. In: Caldart R.C. et al. (ed.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.178-186.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. 2015. Metronormatividades nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. **Áskesis**. Vol.4, nº1, p.23-38.

ZAMBONI, Marcio. 2014. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia**: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades). Agosto de 2014. Vol. 1, p. 14-18.